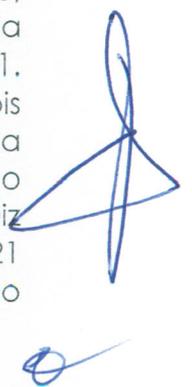


**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS, PORTUÁRIOS AVULSOS E COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NOS PORTOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SUPORT/ES, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.**

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, às 09h00, em primeira convocação, e às 09h30, em segunda convocação, reuniram-se em assembleia realizada de forma virtual, através do aplicativo WhatsApp, em um grupo criado exclusivamente para este fim, os trabalhadores empregados da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e associados ao Suport-ES, para analisarem, discutirem e deliberarem sobre o seguinte assunto: **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2019/2020**. A assembleia aconteceu pela primeira vez, extraordinariamente de forma virtual, devido à impossibilidade de se realizar o encontro no auditório do Suport-ES por causa da pandemia de coronavírus, que preconiza que as pessoas não se reúnam em aglomeração para evitar a contaminação pelo vírus. Por meio de mensagens de texto e áudio, o presidente, **Ernani Pereira Pinto**, deu início à assembleia virtual, às 10 horas, informando a pauta, conforme divulgado em edital de convocação e no site do sindicato. Ernani solicita que cada um dos participantes, como sindicalizados, manifestem sua presença, informando sua matrícula da Codesa, para que, a partir daí, comecem a ser debatidos os pontos da pauta. Assim que um número considerável de presentes foi constatado, (com um mínimo de 50% dos presentes, como preconiza nosso estatuto), Ernani apresentou a contraproposta da empresa. **Moacyr Cordeiro** questiona que é preciso definir o horário limite para que as pessoas se apresentem e até que horas elas vão poder votar, para não criar empecilho mais adiante no debate. **Jessica Broetto Zambaldi** diz que, em respeito aos colegas que estão presentes desde o horário previamente determinado no informativo, e considerando que alguns têm agendas de trabalho pré-determinadas, ela defende que o horário de início da assembleia seja às 10h15. **Paulo Roberto de Lima** concorda com Jessica, pois ele tem uma reunião virtual já agendada e acredita que muitos colegas também têm atividades laborais e particulares. **Ernani** faz um alerta sobre o fato de haver pessoas desfiladas e aposentadas que não poderiam estar na assembleia e relata que, infelizmente, terá de fazer as exclusões. Ele diz que lamenta, mas que “não pode tratar os iguais de maneira diferente”. Sendo assim, iniciou a assembleia dando um panorama da atual situação política e econômica do país, passando pelo governo Temer e agora pelo governo atual. Ressaltou que depois de todos os esforços de vários lados, do sindicato, em Brasília e da Federação, o Suport-ES conseguiu ter uma resposta junto à empresa, mesmo com muita dificuldade, em razão da pandemia do coronavírus. Ernani relata que é preciso compartilhar com os companheiros a

proposta colocada pela empresa sobre o que ficou pendente na negociação, depois da assembleia que aprovou as contrapropostas da categoria do acordo. O presidente lembra aos companheiros que a primeira proposta que ficou pendente, data-base 2019, contando o período aquisitivo inflacionário 2018/2019, a empresa apresentou 4.78% para realinhamento salarial em relação à cláusula econômica, também incidindo sobre os benefícios sociais conquistados historicamente. Esse percentual foi o índice inflacionário do período, ou seja, 100% do percentual apurado em 31 de maio de 2019. Ernani ressalta ainda que a empresa propõe a retroatividade a janeiro de 2020, e conclui que essa é a primeira proposta. Antes de apresentar a segunda proposta, o presidente pede uma reflexão sobre a fala do governo de congelar salários do funcionalismo público por 18 meses nas empresas estatais, com o objetivo de fazer uma reestruturação. Ele diz que o sindicato pediu à empresa para que fosse feita uma discussão ampla, no sentido de conquistarmos uma data-base com vigência de 2 (dois) anos. A Codesa informou ao Suport-ES que fez um estudo, tomando como referência a data-base de 2019/2020, que vence em 31 de maio deste ano. Sendo assim, a empresa apresentou uma proposta de realinhamento salarial em junho de 2020 de 60% do INPC apurado no período 2019/2020, para que o acordo fosse validado por 2 (dois) anos. Além disso, a empresa apresentou, novamente, a exclusão da cláusula do 13º (décimo terceiro) do tíquete-alimentação. Ernani lembrou ainda que, no período 2019/2020, não haveria retroatividade, porque a data-base expira em 1º de junho do corrente ano. Informou ainda que há uma proposta, dentro do documento de avaliação técnica do SEST, que quer impor a eliminação da cláusula do acordo que trata da escala dos fiéis e TOPs por meio de uma comissão permanente entre sindicato e empresa. Ernani conclui dizendo que essas são as informações propostas nas negociações com a empresa e passa a palavra para os companheiros e companheiras analisarem. Completa afirmando que já está à disposição para que seja feita uma discussão equilibrada, dentro dos parâmetros da realidade que estamos vivendo.

**Moacyr Cordeiro** coloca que a nota técnica que o SEST encaminhou para a Codesa, no seu entendimento, é uma sugestão, como ponto de vista de governança, não avaliando aspecto jurídico, ou seja, é um aspecto para a diretoria da Codesa avaliar. Para Moacyr, inclusive, deixa claro que o Consad já aprovou o ACT 2019/2020, que é a matéria em discussão, e a assembleia não deliberou a discussão 2020/2021. Pensa que vale a pena refletir e dar um passo de cada vez, pois estamos vivendo uma situação nova. Ninguém sabia o que iria acontecer a partir de janeiro no mundo, nós não fechamos o acordo no tempo certo e aí temos que definir em cima de um novo cenário. Diz que se voltarmos à mesa e discutir com a empresa o ACT 2020/2021 seria mais justo conosco e para a empresa, mas ele vai acompanhar o



que a categoria deliberar e que, se pudesse propor, ele fecharia somente 2019/2020. **Jéssica Broetto** diz ser contra a eliminação do 13º (décimo terceiro) do tíquete-alimentação para 2020/2021, e sim pela sua dissolução nas 12 (doze) parcelas mensais. **Marcos Paixão** concorda com Jéssica e pergunta pela situação do plano de saúde. **Ernani** responde que, em relação ao plano de saúde e outras cláusulas do acordo, não houve nenhum questionamento novo após a última assembleia realizada, quando o acordo foi compactado. Então, o plano de saúde aprovado pela categoria foi o modelo de manutenção de autogestão, por contribuição individual, sendo esta a proposta que acompanha as normas da CGPAR. **Erika Angelo** também acompanha a companheira Jéssica. **Rodrigo Leal** diz que, considerando que o governo está querendo congelar salários, desestatizar as docas, a grave crise que vivemos no Brasil e no mundo e por sermos portuários, tudo nos afeta bastante. Concorda com a aprovação da proposta de dois anos, com ACT 2019/2021. Diz ainda que voltar à negociação seria muito desgastante e as perdas poderiam ser bem maiores. **Gilmar Bastos** pergunta ao presidente se o plano de saúde será implantando imediatamente após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho. **Assistente social Cláudia** fica em dúvida se o 13º (décimo terceiro) do tíquete-alimentação está em negociação. **Jéssica** acha que não estamos no momento de brigar por retroatividade maior. Que estamos vivendo um cenário muito atípico e temos que ser razoáveis sobre o que reivindicar. Que já conseguimos muita coisa, referente à 2019/2020, por isso é preciso ter consciência. **Marcos Paixão** diz que gostaria muito que fosse 100% retroativo a junho de 2019, mas a realidade dos funcionários públicos é que eles estão sem receber as perdas inflacionárias, e citou o caso de sua esposa. **Rafael Pinheiro** acompanha um pouco a linha de raciocínio de Rodrigo e pensa que é o momento de fazermos uma aposta com essas duas opções: risco de perdermos um pouco (ACT bianual) ou o risco de perder muito (fechar apenas o ACT anual e a situação ficar mais complicada para o próximo ACT, com vencimento para final de maio). **Martha Cavalcanti** diz que, tendo em vista o momento conturbado, concorda com Rodrigo Leal e afirma que temos de abrir mão de alguma coisa, pois acha que temos um ACT "fantástico", que chega a ser "surreal", e entende que abrir uma briga nesse momento seria pior. Diz que temos que engolir alguns "sapinhos" para manter nossos postos de trabalho. **Bete** responde o questionamento de Gilmar em relação à imediata implantação do plano de saúde após o fechamento do ACT. Ela diz que após aprovação do acordo, vai dar início ao processo de implantação, que deve demorar cerca de 90 dias, e os interessados serão convidados a assinar um termo de adesão. **Ernani** também responde a Gilmar, dizendo que logo após a assinatura do acordo, a categoria estará apta para buscar solução para o plano de saúde. Disse que esse é o objetivo

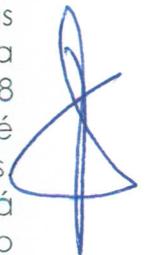
do sindicato desde o início, e diz acreditar que, pelo que foi conversado, principalmente se os sindicatos fizerem o "seu dever de casa", o plano deixa de ser um problema que ameaça a categoria o tempo todo, por poder sair da norma da CGPAR. Diz ainda que a ideia da diretoria passada era terceirizar e entregar o plano da Codesa a uma operadora de saúde, e que a posição desta diretoria era e sempre será contrária, por entender que a Codesa se enquadra dentro da norma da CGPAR, garantindo assistência tanto aos aposentados quanto para os companheiros da ativa. Conclui dizendo que o objetivo é colocar em prática, ressaltando que essa cláusula já foi discutida e deliberada em assembleias anteriores. **Ariane** concorda com Jéssica. **Gilmar** diz que sua preocupação, diante da pandemia, é que a empresa dê um prazo de 90 dias para a implantação desse plano, porque talvez tenha algum companheiro que queira fazer outro plano fora da empresa, aí eles precisam de tempo, considerando os cálculos de custeio para os seus dependentes. **Ernani** confirma para Gilmar, reafirmando o que a companheira Bete havia informado na sua fala, reforçando o tempo necessário para a implantação do plano. **Alvimar** se diz preocupado com a não inclusão da cláusula da escala da operação. **Eduardo Guterra** parabeniza a todos pela iniciativa da direção do sindicato de realizar a assembleia virtual, e que, para ele, é um prazer participar dessa assembleia histórica, num cenário complicado em meio à crise política, econômica e na saúde. Diz que o nosso acordo foi bem negociado, principalmente por conhecer a política desse governo, que a todo momento tem proposta para mexer em cláusulas da classe trabalhadora. Diz que temos que dar celeridade a essa negociação, levando em consideração que se fecharmos esse acordo por dois anos é uma boa saída e será uma decisão inédita no Brasil, pelo que tem visto. Ele lembra que foi enviado um documento ao Support-ES e lá tem um termo chamado "ultratatividades", que antigamente, quando o acordo vencia, a empresa não podia mexer nas cláusulas, elas ficavam congeladas até que se fizesse outro acordo. Aconteceu o fim da ultratividade, numa decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, mas a Codesa colocou isso na proposta. Guterra coloca a posição favorável de algumas falas em relação ao plano de saúde, a diluição do 13º (décimo terceiro) do tíquete-alimentação em 12 (doze) parcelas e os relatos que o companheiro Ernani vem fazendo. Guterra diz que está se posicionando favorável pela aprovação do acordo e não vê espaço para o sindicato continuar negociando. Diz que o SEST não está sugerindo, ele sugere que se a empresa não cumprir, ele não deixa fechar o acordo, e aí voltaremos à estaca zero. **Ivone** concorda plenamente com Rodrigo e diz que não é hora de criarmos polêmica. Que a situação está difícil e temos que agarrar com "unhas e dentes" o que conquistamos, senão vamos perder tudo. **Ernani** responde ao companheiro Alvimar,



esclarecendo que a escala permanece no ACT, mas o que SEST orientou a Codesa é para tirar a comissão permanente entre a empresa e o Suport-ES, alegando que esse ato é da gestão da empresa. Ernani diz que o que está percebendo é que, no curso das renovações que estão colocadas, querem ter autonomia para mudar o quadro anterior, principalmente no sentido da escala, com disponibilidade de pessoal. Diz ainda que o sindicato vai estar sempre de olho e buscando alternativas, inclusive, quando isso aconteceu, numa decisão de ultratividade monocrática, como bem citou Guterra anteriormente, foi unilateral, sem ouvir o sindicato. Já na atual gestão, "nós fomos para cima", não só pelos direitos sociais, mas também pela questão da saúde do trabalhador e sua estabilidade. Ernani diz que talvez seja difícil lidar com o fim da ultratividade e conseguir retomar as regras, mas é possível, se a categoria entender e atender às convocações que o sindicato faz nessas horas de embate que nunca deixaram de existir e não deixarão. Ernani pede um adendo na fala do presidente Eduardo, da Federação. Ele diz que realmente ficou sobrestado por uma decisão monocrática do ministro Gilmar Mendes, que na Reforma Trabalhista derrubaram, que para o Supremo foi uma legalidade, transformando em lei o fim da ultratividade dos acordos. Diz ainda que eles podem seguramente não renovar a data-base e tentar impor aos trabalhadores perdas de benefícios, de conquistas sociais dentre outros. Ernani diz acreditar que já temos uma boa avaliação geral das propostas e que era preciso encaminhar, ficando no aguardo da categoria. **Marcos Paixão** comenta ainda sobre o plano de saúde e diz que o novo plano não é o melhor dos mundos, mas "temos que engolir", até porque os tempos são outros e esse plano já foi aprovado lá atrás. Ele diz que estava esperando sua implantação, mas até hoje não foi implantado, então, provavelmente daqui para frente, logo após a assinatura do ACT, isso vai acontecer. **Martha** diz que, infelizmente, nesse momento talvez estejamos "cutucando a onça com vara curta". Diz que tem hora que temos que ir para cima, mas também tem a hora de recuar. **Moacyr** diz que é um fato bom provocar algumas inquietações, mas o momento é de muita reflexão. Ele diz que, de fato, é natural que o que está posto, um acordo que vale até 31 de maio de 2021, tranquilizará a categoria. Que após as considerações levantadas, vamos caminhar com a maioria, então diz que seu sentimento é que estamos caminhando para aprovar um acordo por 2 (dois) anos. Que vamos caminhar juntos, mas não podemos achar que tudo está resolvido. Ele diz que concorda que o momento é de ter os pés no chão, que o movimento sindical está um pouco fragilizado, mas enfim, apoia e vota no fechamento do acordo por 2 (dois) anos. **Alvimar** volta para os esclarecimentos do companheiro a respeito da escala operacional e diz que suas dúvidas foram sanadas, agradecendo pela explicação. **Ivone** se diz preocupada se o acordo for para dissídio, que a Justiça



pode postergar até o ano que vem e todo o esforço cairá por terra, e “nós vamos ficar a ver navios”. Ela afirma que uma briga agora seria improdutivo, sem esquecer que o mundo está em crise, o Brasil idem, há incertezas, portanto, é hora de ter bom senso. Ela diz que não se trata de inconformismo, mas sim de inteligência. **Marcelo Brandão** se dirige aos companheiros pedindo que façam uma reflexão sobre o momento, que estamos numa negociação e precisamos entender que, para alcançar nosso objetivo, é preciso ceder em alguns pontos. Ele diz ser favorável ao que está sendo proposto, pois daria uma pequena tranquilidade à categoria, tendo em vista não saber o que virá daqui para frente. Sendo assim, diz que acompanha a fala do presidente. **Ernani**, se dirigindo a Moacyr, diz que o sindicato está com uma assessoria trabalhando para compactar as propostas colocadas, que vão ser objeto de deliberação. Ernani pede esclarecimento sobre a fala de Moacyr, pois afirma que, no final, não ficou muito clara. O presidente diz que não é no sentido pessoal, mas que no que foi colocado, Moacyr diz que segue a maioria, ou seja, ele estaria declinando da proposta que fez e concordando com a proposta do ACT por 2 (dois) anos. Sendo assim, Ernani diz que já é possível lançar o que foi colocado. Ele solicita à companheira Rochely, que está acompanhando e assessorando a assembleia, para que ela digite o que foi apurado. **Rochely** encaminha o que vai ser colocado em votação: **1) Vigência do acordo por 2 (dois) anos. 2) 60% do INPC 2020/2021. 3) Diluição do 13º (décimo terceiro) do tíquete-alimentação em 12 (doze) meses.** **Moacyr** concorda com Ernani, esclarecendo que declina de sua proposta e acompanha a maioria pelo acordo de 2 (dois) anos. **Ernani** acrescenta que, em relação ao 13º (décimo terceiro) do tíquete-alimentação e a proposta de diluição do valor nos 12 (doze) meses, como foi apresentado por alguns companheiros, esse também era um pensamento do sindicato para os trabalhadores não perderem direitos já conquistados. Que essa contraproposta colocada, garante, de certa forma, o 13º (décimo terceiro) do tíquete-alimentação. **Ernani**, oficialmente, abre o processo de votação e destaca que, se tiver alguém contrário ao início do processo de votação, que se manifeste. Quem é favorável às propostas digitadas e encaminhadas aos companheiros vai votar **SIM** e os contrários votam **NÃO**. Ernani completa afirmando que também serão colhidas as abstenções, em seguida as propostas são colocadas em votação. Ernani retoma a palavra para declarar o resultado da votação. Ele diz que, considerando que há 38 (trinta e oito) presentes, foram 35 (trinta e cinco) votando **SIM**. Que até aquele momento 3 (três) não votaram, então seriam 3 (três) abstenções. Conclui então que a proposta encaminhada nesta assembleia está aprovada por maioria. Ernani faz agradecimentos à diretoria do sindicato e aos assessores, diz que está sendo feito um esforço para manter o trabalho e as nossas ações, mesmo diante de uma



adversidade mundial, que é essa pandemia, para que as coisas continuem acontecendo. Ernani agradece a presença de todos e, nada mais havendo a tratar, encerrou a assembleia, às 11h30.

Vitória-ES, 28 de abril de 2020.



Jairo Silva  
Secretário-geral



Ernani Pereira Pinto  
Diretor-presidente